

Territórios Quilombolas no Vale do Mucuri: As comunidades remanescentes de quilombo de Teófilo Otoni/MG

Eva Aparecida da Silva*

Resumo

Este artigo visa apresentar as comunidades remanescentes de quilombo existentes no município de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, em Minas Gerais, tomando como referência suas histórias de origem, apreendidas por meio dos relatos orais dos moradores mais velhos. Também foram levados em conta os aspectos demográficos, educacionais, geracionais, de gênero e de cor/raça, coletados mediante questionários aplicados à população das comunidades Córrego Novo, Cama Alta e São Julião. Este artigo apresenta ainda alguns aspectos que informam sobre o processo de construção de identidades remanescentes de quilombo e de suas precárias condições de vida.

Palavras-chave: Comunidades remanescentes de quilombo; Teófilo Otoni; Quilombolas.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP –; Mestre e Doutora em Educação – Área das Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP –; Professora Adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –; Coordenadora do NEAB/UFVJM.

Este artigo resulta da pesquisa intitulada “Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri: conhecer para transformar”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no período de 2008 a 2010, com o objetivo de realizar a caracterização, em profundidade, de três comunidades pré-identificadas como remanescentes de quilombo, pertencentes ao Vale do Mucuri, em Minas Gerais, em particular ao município de Teófilo Otoni – Cama Alta, Córrego Novo e São Julião –, em suas múltiplas facetas: histórica, econômica, cultural, demográfica, geracional, educacional, nutricional, saúde e composição do sistema agrário, através da participação de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (Sociologia, Antropologia, Filosofia, Educação, Economia, Saúde/Nutrição e Agronomia).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram aplicados, através de visitas periódicas, questionários fechados e previamente elaborados à população das três comunidades investigadas, envolvendo questões sobre: demografia (número de habitantes, de famílias, de membros por família), sexo, idade, escolaridade, raça/cor, ocupação, renda e fonte de renda, parentesco, forma de aquisição e propriedade da terra, tipo de moradia, saneamento básico, saúde, infraestrutura (transporte, meio de comunicação, luz elétrica, escola), atividades econômicas e produtivas, participação comunitária, religião, festividades, medicina alternativa (parteira, benzedeira, plantas) e cotidiano (comidas, lazer).

Os dados coletados nesses questionários foram tratados no software Epi Info, versão 3.5.1, e analisados a partir das diferentes áreas do conhecimento envolvidas, que também se valeram das observações realizadas no campo de pesquisa e das constantes conversas com os moradores locais. A área de Nutrição/Saúde utilizou-se, entretanto, de questionários específicos, representados pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA – e pelo Questionário de Frequência Alimentar – QFA –, os quais não a impediram de aprofundar suas análises também a partir dos demais dados coletados.

A história de origem de cada comunidade foi apreendida por meio dos relatos orais dos moradores mais velhos, o que nos permitiu fazer uso da metodologia da história oral (SILVA, 1999). Ao tomarmos como referência as lembranças ou memórias dos mais velhos sobre a história de origem dessas três comunidades, devemos considerar

que lembrar ou rememorar não significa reviver as experiências tais como elas aconteceram, mas evocar do passado os fatos e as situações que, gravados na memória, adquiriram um significado particular para o momento atual da vida (HALBWACHS, 1990).

O conhecimento adquirido nesta pesquisa se mostra relevante na medida em que dá visibilidade às múltiplas facetas (histórica, econômica, cultural, demográfica, geracional, educacional, nutricional, saúde e composição do sistema agrário) que caracterizam as comunidades Cama Alta, Córrego Novo e São Julião, tanto à equipe de pesquisadores quanto ao poder público local e à sociedade envolvente. No momento em que surgem as demandas por apoio no processo de reconhecimento como remanescente de quilombo e no acesso às políticas públicas específicas a esse grupo sociocultural, pelas próprias comunidades, em especial pela Comunidade São Julião, dirigidas a alguns dos profissionais da UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri –, Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, havia pouco conhecimento sistematizado sobre elas. Com ele, torna-se possível a proposição de ações, construídas juntamente com as comunidades, por diferentes instituições (universidade, poderes públicos local, estadual e federal, entre outras) que venham a contribuir para a transformação da realidade por elas vivida.

Introdução

A mesorregião do Vale do Mucuri apresenta dezenove comunidades pré-identificadas como quilombolas, distribuídas da seguinte forma: três em Ataléia, duas em Carlos Chagas, três em Fronteira dos Vales, duas em Nanuque, quatro em Ouro Verde de Minas e cinco em Teófilo Otoni (CEDEFES, 2008).

No que se refere às cinco comunidades do município de Teófilo Otoni, – Imburama, São Julião, Cama Alta, Fazenda Pedra Azul e Margem da Linha ou Palmeiras, tal como pré-identificadas pelo Centro de Estudos Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES (2008), chamamos a atenção para duas delas – Fazenda Pedra Azul e Imburama.

Os Imburamas representam um dos quatro núcleos familiares que compõem a comunidade quilombola Córrego Novo, situada no distrito de Topázio, logo não se configura como mais uma comunidade, assim como a Pedra Azul que, na realidade, é um dos pequenos núcleos de povoamento, denominado Sítio Pedra Azul, pertencente à comunidade Marques I, localizada no município de Carlos Chagas e não de Teófilo Otoni (LIMA apud SILVA, 2010a). Com isso, o município de Teófilo Otoni apresenta três comunidades negras rurais pré-identificadas como remanescentes de quilombo – Cama Alta, Córrego Novo e São Julião –, e um “quilombo urbano” – Margem da Linha.

Pelo o que tudo indica, a formação da maioria das comunidades quilombolas de Minas Gerais aconteceu após a abolição da escravidão. Excluídas, ou “incluídas pelas margens” (MARTINS, 1997), do processo de integração na então “sociedade de classes” (FERNANDES, 1978) muitas famílias negras migraram para grotões, terras desabitadas ou margens de fazendas, poucas receberam terras doadas de seus antigos senhores ou compraram pequenas terras nas fazendas onde trabalhavam (CEDEFES, 2008). Normalmente, elas se fixavam em áreas rurais de difícil acesso.

Para Ribeiro, citado por Silva (2010), pode-se pressupor que a formação de comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Mucuri se deu no momento em que a posse ou compra terras (poucas vezes envolvia dinheiro, mas trocas por mantimentos e bens diversos) tem início, no final do século XIX, com o movimento migratório e povoador, que durou mais de um século, do alto Jequitinhonha para o baixo Jequitinhonha e Mucuri.

Ainda para Ribeiro [s.n], os principais motivos que levaram à migração são o

esgotamento das lavras de ouro e diamante e das lavouras, bem como as duas grandes secas ocorridas nos anos 1890 e 1930. Em sua maioria, migravam “os jovens e os libertos do cativeiro procurando terras sem donos” (p.19), levando apenas machado, isqueiro, coragem e necessidade.

No caso de São Julião e Cama Alta a apropriação inicial da terra se deu por posse, e em Córrego Novo, pelo o que tudo indica, por compra. No entanto, nas três comunidades, as apropriações posteriores, feitas pelos descendentes dos fundadores, se deram por transmissão, via herança, assim como também constatou Lima, citada por Silva (2010), em relação à comunidade Marques, de Carlos Chagas, e Mumbuca, de Jequitinhonha, respectivamente.

Para Lima (2008), a transmissão das “terras de quilombos” entre sucessivas gerações ocorre pelo fato de pertencerem a um regime consuetudinário de propriedade da terra ou regime de terras tradicionalmente ocupadas. Nesse tipo de regime há uma relação intrínseca entre terra e pessoas. É por meio da produção na terra que se dá a produção de pessoas. Com isso, a terra não é apenas terra, mas território, repleto de sentido e significado, responsável pela reprodução do grupo e representativo da coletividade.

As três comunidades analisadas (Cama Alta, São Julião e Córrego Novo) ainda têm em comum o fato de desviarem-se do modelo de quilombo formado por escravos fugitivos, mas de coletivos que se estabeleceram em terras ocupadas e nelas reproduzem seus modos de vida característicos, tomando como referência uma história comum, construída a partir de vivências e valores compartilhados (ARRUTI apud SILVA, 2009).

O processo de construção da identidade remanescente de quilombo nas comunidades de São Julião, Cama Alta e Córrego Novo ocorre em um tempo e espaço próprios. No entanto, percebe-se que as experiências de uma se cruzam com as das outras, em especial as da São Julião e Cama Alta, próximas geograficamente e, ambas, referenciadas pelas experiências da comunidade Marques, localizada no município de Carlos Chagas/MG, atualmente com pleito de titulação de suas terras em trâmite, requerido após se ver ameaçada pela construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH – Mucuri.

Cabe destacar que apenas uma pequena parcela dessa comunidade, diretamente ameaçada de deslocamento pela PCH, encaminhou o requerimento. Isso ocorreu devido à apropriação diferenciada do território pelos descendentes de dois dos filhos Augusta e José Marco, e de seu fundador Marcos de Souza Franco, o que gerou a configuração de dois grupos – um que lidera o movimento pela titulação da terra e pelo reconhecimento como remanescente de quilombo, e faz uso coletivo dela; e o outro opositor, a maioria, que, ao partilhar formalmente suas terras de herança, perdeu sua auto-suficiência e hoje depende do trabalho contratado por fazendeiros vizinhos, aos quais se aliou (LIMA, 2008).

O contato com a possibilidade de Marques perder seu território para a hidrelétrica, seja pelo deslocamento forçado de famílias, seja pelo deslocamento negociado e indenizado, bem como com o processo de reconhecimento e autorreconhecimento como remanescente de quilombo, acionado pela mobilização de elementos de identidade que remetem às questões de cultura e origem comum, fez com que alguns membros da comunidade São Julião, em particular os sujeitos que atuam como liderança, como é o caso de “Zorra”, questionassem-se sobre o também ser “quilombola”.

Segundo “Zorra” e seu irmão “Rangelito”, as histórias contadas pela “Mãe Augusta” acerca da situação de discriminação a qual foram submetidos seus bisavós e avôs ganham significado, embora apenas entre alguns membros da São Julião, ao

indicar serem eles “descendentes de negros” ou de “ex-escravos”. Rememorar essas histórias, nesse contexto, parece significar para esses sujeitos a busca por elementos de identidade que permitam acionar a construção como remanescente de quilombo.

A liderança da comunidade Cama Alta, embora também conhecedora do “caso Marques”, ainda que à distância, tem em São Julião sua referência imediata, uma vez que a predisposição de se reconhecer remanescente de quilombo é estimulada pela tentativa de conscientização que vem de São Julião, ou melhor, de sua principal liderança – “Zorra”. Por sua vez, a Córrego Novo ainda dá os seus primeiros passos ao encontro desse debate, mas já se preocupa com a situação de não titulação de suas terras e da ameaça que isso representa. No entanto, ainda articula timidamente a terra e o território a uma “identidade quilombola”, de modo a mobilizar elementos que remetam a uma cultura e história específicas, compartilhadas pelo grupo, ao contrário do que já acontece em São Julião e Cama Alta, não enquanto consenso, mas de forma mais incisiva.

É recente a informação de que a comunidade São Julião também se vê ameaçada pela construção de uma hidrelétrica que recortará seu território. Diante desse fato, a comunidade, até então resistente em pleitear o reconhecimento como remanescente de quilombo e a titulação de suas terras, hoje fragmentada por núcleos familiares com interesses diferentes, visualiza, através de “Zorra”, a necessidade de tal reconhecimento.

A partir da análise acerca do significado atribuído pelas lideranças das três comunidades do Vale do Mucuri (São Julião, Cama Alta e Córrego Novo) sobre o ser remanescente de quilombo, percebe-se que o processo de assunção da identidade remanescente passa a ter sentido com a disputa por recursos, especialmente territoriais, e, concomitantemente, à medida que o instrumento de luta é o Artigo 68 (Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988), as questões de cultura e origem comum, assim como a idéia de território (LIMA, 2008), no qual as expressões identitárias do grupo, elaboradas no presente, via retorno ao passado, estão inscritas, passam a ser tematizadas e refletidas pelas comunidades.

1 Comunidades remanescentes de quilombo de Teófilo Otoni/MG

1.1 Cama Alta

Cama Alta fica a 45 km do município de Teófilo Otoni, exatamente em um de seus distritos - Brejão. De acordo com o relato dos mais velhos (Miguelina, Horário, Joana, Sebastiana), o primeiro a chegar no lugar, no início do século XX, foi Miguel, também conhecido como “velho capixaba”, que “comprou o pedaço de terra nas mãos de outro”, sem, contudo, se valer de um documento de compra e propriedade da terra.

Em seguida, por volta do ano de 1915, vieram da região de Salinas (norte de Minas Gerais), “fugidos da seca”, Manoel Pereira de Sá e seu filho Júlio Pereira de Sá, como contou Horário Pereira Barbosa (Pereira por parte do pai e Barbosa da mãe), neto do primeiro e filho do segundo. De acordo com ele, ao chegarem à região, Manoel e Júlio adentraram na mata, “abriram posse” e construíram suas casas.

Contam esses moradores que o nome dado à comunidade – Cama Alta – se deve à expressiva presença de onças no que era o “roçado” daquela época, o que fazia com que as “camas”, ou lugar em que se dormia, se encontrassem no alto.

As lembranças dos mais velhos sobre o passado, a partir do presente, concor-

dam ao constatarem que “antes havia mais fartura, mas não tinha muitas facilidades”: em virtude da regularidade das chuvas, nos períodos específicos para cada plantio, a terra era “boa”, por isso propiciava a plantação de uma variedade de produtos (arroz, feijão, café, bananeira, abobreira, milho, mandioca, entre outros), o que já não mais acontece na atualidade. Havia ainda uma “fabrica” de farinha, um “engenho” de moer cana e o feito de panelas de barro e de outros utensílios.

Naquela época, as crianças, os jovens “ajudavam na roça, no entanto hoje não demonstram interesse”. Logo, a insuficiente produção de alimentos pela própria comunidade faz com que a maioria das famílias compre em pequenos mercados no distrito de Brejão, a preços superfaturados e incompatíveis com a renda que circula no interior dessas famílias.

O acesso à saúde, à escola e à locomoção é apontado como uma das facilidades do tempo presente, ainda que de forma precária, uma vez que, embora a comunidade seja acompanhada, periodicamente, por uma agente de saúde, como parte do Programa Saúde da Família, a visita do (a) médico (a) que deveria ser periódica não o é; se no passado a escola estava fora da comunidade e chegar até ela era um grande empecilho, hoje ela continua fora de Cama Alta, mas há transporte escolar gratuito, apesar dos obstáculos em tempos de chuvas, ocasionados, principalmente, pelas más condições das estradas vicinais; se por um lado é possível promover a locomoção referente ao percurso Teófilo Otoni/Brejão/Maravilha/Teófilo Otoni, por outro, a reduzida frota de ônibus disponibilizada pela empresa responsável pelo transporte coletivo para a região e o custo desse transporte ainda não atende, satisfatoriamente, à comunidade Cama Alta, São Julião e outras.

Em Cama Alta identificamos a existência de alguns núcleos familiares: Pereira Barbosa, Barbosa Lima, Vaz, Amorim, Santos, Vianna e outros. Muitos deles são parentes e, se não o são, se consideram parte de uma grande família.

Questionadas sobre a forma de aquisição da terra onde estão instaladas, a maioria das famílias (25) diz tê-la adquirido através de herança, ao passar de pai para filho (a), entretanto não há nenhum documento que comprove essa transmissão, tampouco a aquisição e propriedade da terra.

Atualmente a comunidade conta com 113 habitantes, sendo 58 do sexo feminino e 55 do sexo masculino. Apresenta famílias (35) com uma média de três membros cada uma.

Um número significativo de indivíduos, 39 adultos, se encontra na faixa etária de 30 a 59 anos, seguidos daqueles, 21 crianças, que estão na faixa de 0 a 11 anos e de 12 a 14 anos, 12 adolescentes. Os demais ocupam as faixas de 15 a 29 anos, 28 jovens, e 60 anos acima, 13. Logo, na comunidade Cama Alta predominam adultos e jovens, e na sequência estão as crianças, os idosos e os adolescentes.

No que diz respeito à classificação por raça/cor, por meio da atribuição (de um indivíduo em relação a outro) ou da auto atribuição (do próprio indivíduo), grande parte dos indivíduos foram classificados ou se classificaram como morenos, 54, seguidos dos pardos, 24, e dos negros, 16. Entre os demais temos: oito pretos e três brancos; sete indivíduos não atribuíram ou se auto atribuíram uma cor/raça.

No tocante ao perfil educacional dos habitantes da Cama Alta, tem-se:

Tabela 1 – Escolaridade Cama Alta

Analfabetos	16
Fundamental I Incompleto	37
Fundamental I Completo	11

Fundamental I Incompleto	18
Fundamental II Completo	8
Ensino Médio Incompleto	7
Ensino Médio Completo	8
Superior	1

Observa-se que um expressivo número de moradores, 37, não concluiu o período que vai da 1ª à 4ª série (1º ao 5º ano), e, em seguida, estão aqueles, 18, que possuem de 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano), incompletas, e os analfabetos, 16. Para uma geração mais velha (na faixa etária de 30 a 59 anos e, principalmente, aquela acima de 60 anos) os principais motivos que os levaram a não conclusão da escolaridade foram: a necessidade de trabalhar na roça com os pais; a dificuldade de acesso à escola, pois para chegar até ela era preciso percorrer grandes distâncias, sem poder contar com nenhum tipo de transporte, nem mesmo o escolar; a ausência de escola, tanto na própria comunidade como em seu entorno.

A necessidade de inserção no universo do trabalho, seja rural ou urbano, é ainda o grande entrave à escolarização da geração mais jovem, aquela que não concluiu o período de 5ª à 8ª Série e o Ensino Médio. Há que se ressaltar, embora exceção à regra, a inserção de um indivíduo no ensino superior. O gráfico ainda nos permite constatar a pequena presença de crianças em idade de atendimento na educação infantil (de 0 a 5 anos) – apenas cinco crianças.

A dificuldade de acesso à escola já não é o principal obstáculo à escolarização, pois pode-se contar com o transporte escolar oferecido pelo poder público local, enquanto uma das políticas do governo federal para a educação básica – “Caminho da Escola”. Essa dificuldade aparece, no entanto, nos dias de chuva, devido às más condições das estradas de terra que levam até ela.

Alguns dos sujeitos, de diferentes gerações, expressaram a vontade em retomar os estudos, apontando para a viabilidade de uma escola da e na comunidade, uma vez que não há uma escola no interior da mesma.

Como na comunidade não há escolas do Ensino Fundamental, nem do Ensino Médio, as crianças que cursam de 1ª à 4ª série (1º ao 5º ano) transitam todas as manhãs com a condução municipal para a escola Inácio Pereira Guimarães, localizada no município de Brejão, a 4 km da comunidade. Já os jovens do Ensino Fundamental da 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio frequentam, no período vespertino, uma escola que é a extensão da Estadual de Pedro Versiano, mas que também se localiza no distrito de Brejão.

1.2 Comunidade Córrego Novo

A comunidade Córrego Novo está a 40 km de Teófilo Otoni, no distrito de Topázio, pertencente ao município de Teófilo Otoni.

Segundo um dos membros mais velhos da comunidade, seus pais chegaram à região do Vale do Mucuri onde hoje está Córrego Novo por volta de 1929 e já encontraram ali instalado “Manezinho da Cachoeira”, de quem compraram a terra (SILVA, 2009). Embora ele fale sobre a compra da terra pelos pais, não apresenta recibo ou documento de propriedade que a comprove, no entanto acredita e afirma sua existência.

Grande parte, 37, das famílias de Córrego Novo ao serem questionadas sobre a forma de aquisição do pedaço de terra onde atualmente vivem responderam tê-la herdado (“de pai para filho”). Com relação à existência de documento de propriedade,

18 famílias responderam não haver nenhuma documentação, 12 acreditam haver o título legal e 04 o recibo de compra, sendo que o restante, 12, não opinou.

De suas lembranças sobre a infância, o morador mais antigo de Córrego Novo destaca as experiências vividas com situações extremas, como: as noites de frio em que dormia próximo a uma pequena fogueira feita no interior da casa e acordava com as pernas chamuscadas pela brasa (os sinais que ainda avivam essas memórias podem ser vistos nas cicatrizes que ficaram em suas pernas); a pouca roupa que podia cobrir seu corpo, uma espécie de “tanguinha”, feita de tecido tipo saco; e as refeições, pouco variadas, cujo prato principal era quase sempre o “coió”, tubérculo que deveria ser cozido no sal para tirar o efeito de uma substância que parecia cortar a língua até sangrar.

Ele também se recorda que durante certo período, o qual não soube precisar, seu pai trabalhou numa fazenda na região que hoje é chamada Valão (pequeno município próximo a Teófilo Otoni), e ia para casa visitar a família no final de cada mês ou mais. Certa vez foi a pé com o pai até a tal fazenda, já que naquela época não havia transporte público e nem todos possuíam cavalo ou carroça.

Sua mãe era responsável por cuidar dos filhos e do pedaço de terra da família, no entanto pouco plantava. Já na adolescência, ele trabalhou para os Imburamas, com os quais aprendeu a “lidar com a terra”. Esse aprendizado lhe possibilitou se dedicar mais tarde à plantação de alguns alimentos, em quantidades suficientes para garantir a subsistência da família (mulher e filhos), num período em que as estações do ano eram mais definidas e as chuvas abundantes. Hoje vive da aposentadoria e já não planta mais, devido à idade avançada e as más condições do solo, e diz nem mesmo poder contar com os mais jovens, pois esses não têm interesse em praticar o plantio.

Em Córrego Novo, atualmente, há o plantio de pequenas roças, em alguns poucos quintais. Alguns de seus moradores trabalham na zona urbana, principalmente as mulheres, as quais ocupam os serviços domésticos; outros nas fazendas locais; e tantos outros migram para os grandes centros urbanos para trabalhar como temporários, como é o caso das mulheres que partem em direção ao Espírito Santo para a colheita do café.

Essa comunidade é composta por quatro grandes núcleos familiares: Barbosa Lima, Barbosa Pinto, Imburama e Trega, sendo que os Barbosa Lima são, quantitativamente, o núcleo mais expressivo e mais antigo.

É formada por 173 habitantes, sendo 90 do sexo feminino e 83 do sexo masculino, e 46 famílias com uma média de quatro membros cada uma.

As faixas etárias dos indivíduos da comunidade estão assim organizadas: 0 a 11 anos (49 crianças); 12 a 14 anos (13 adolescentes); 15 a 29 anos (46 jovens); 30 a 59 anos (43 adultos); 60 anos acima (22 idosos). Em Córrego Novo predominam, portanto, crianças e jovens. Na sequência estão os adultos, idosos e adolescentes.

Em Córrego Novo, no que diz respeito à classificação de cor/raça, através da atribuição ou da auto atribuição, 68 indivíduos foram classificados ou se classificaram como morenos, 59 como negros e 21 como brancos. Entre os demais temos: três pretos e cinco pardos; 17 indivíduos não atribuíram ou se auto atribuíram uma cor/raça.

Quanto à escolaridade dos seus habitantes, a Córrego Novo assume a seguinte configuração:

Tabela 2 – Escolaridade Córrego Novo

Analfabetos	29
Fundamental I Incompleto	57
Fundamental I Completo	14

Fundamental I Incompleto	33
Fundamental II Completo	4
Ensino Médio Incompleto	11
Ensino Médio Completo	2
Superior	0

Assim como Cama Alta, a comunidade Córrego Novo apresenta um número significativo de 57 indivíduos, igualmente pertencentes à geração próxima aos 60 anos, com a formação da 1ª à 4ª série incompleta, devido ao difícil acesso à escola e à urgência de inserção no trabalho, em particular o rural. No entanto, diferentemente da primeira, Córrego Novo possui uma maior geração de jovens com escolaridade de 5ª à 8ª série incompleta, 33, mas pelo mesmo motivo de não conclusão dessa etapa da escolarização – a necessidade de integrar o universo do trabalho. Maior também é o seu número de crianças, 22, em idade não escolar – não atendidas por creche – e de analfabetos. Apesar de dois jovens terem concluído o Ensino Médio, nenhum deles ingressou no Ensino Superior.

Como não há escola na comunidade Córrego Novo, o Ensino Fundamental e Médio é oferecido pela Escola Estadual Arthur Bernardes, no distrito de Topázio.

1.3 Comunidade São Julião

São Julião, também conhecida como Lavra dos Pretos, devido à concentração de minérios na região, está situada a 83 km de Teófilo Otoni, próxima ao distrito de Maravilha.

Segundo a matriarca da comunidade, os primeiros moradores vieram de um lugarejo próximo à cidade de Jequitinhonha – ao que tudo indica, Felisburgo. Essa cidade não seria, entretanto, o local de origem desse processo migratório, mas sim alguma outra do estado da Bahia.

A formação da São Julião também está ligada à fuga das famílias da Guerra do Paraguai (1864-1870), pois se acreditava que os jovens seriam recrutados para compor a frente de batalha; a busca por melhores condições de vida e de um lugar para se fixar.

Somados aos “Pereiras”, encontramos outros núcleos familiares - Paraguai, Vaz, Leão e Nogueira – e muitos deles têm uma relação de parentesco uns com os outros, fazendo da São Julião uma grande parentela.

Hoje, o território onde estão instaladas as famílias da São Julião fica no meio de dois “latifúndios”, e, de acordo com alguns de seus moradores essas terras também pertencem à São Julião, embora haja aqueles que acreditam que elas foram vendidas no passado, no entanto, não há documento que comprove a venda por uns e a compra por outros, e aqueles que defendem que elas foram ocupadas.

Conforme relatos, comprimido entre um e outro “latifúndio”, esse território já não tem como se expandir, não havendo, portanto, mais espaço para construir casas e plantar, sem contar o problema com a água que abastece a comunidade, cuja nascente está localizada no “latifúndio” que se dedica ao gado de corte e leite, que tem sua qualidade e quantidade comprometidas, devido, principalmente, aos excretos do gado e à destruição da mata ciliar.

A defesa do território como remanescente de quilombo por uma parte dos moradores da São Julião e, conseqüentemente, da abertura do processo que levaria à titulação das terras, tal como previsto no Art. nº 68 da Constituição Federal, exige a demarcação do território quilombola. Essa demarcação extrapolaria os limites da área por

eles hoje habitada e chegaria até os latifúndios, trazendo consigo o conflito fundiário. Esse é o grande entrave para que a outra parte da comunidade faça a mesma defesa e também se reconheça como remanescente de quilombo.

Dividida entre aqueles que se reconhecem quilombolas e defendem a demarcatória e os que não o fazem, São Julião está exposta à política do Estado de Minas Gerais de legalização da terra "ocupada por posseiros" praticada pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, e, segundo informações obtidas na comunidade já há quem assinou o termo de intenção de venda do seu pedaço de terra, que, para a maioria, foi adquirido por herança, passando de "pai para filho", de geração em geração, embora afirmem não haver nenhuma documentação que ateste sua posse legal. Para o caso das comunidades quilombolas ainda não tituladas, essa política institui a propriedade privada, individual da terra e inviabiliza a propriedade coletiva conquistada com a titulação.

Atualmente São Julião possui 259 habitantes, 125 mulheres e 134 homens, e 62 famílias com uma média de quatro membros. A idade dos seus moradores se encontra nas faixas etárias de 0 a 11 anos, 50 crianças; 12 a 14 anos, 22 adolescentes; 15 a 29 anos, 68 jovens; 30 a 59 anos, 64 adultos; e 60 anos acima, 51 idosos. Há, portanto, o predomínio de jovens e adultos, seguidos de crianças, idosos e adolescentes.

No que diz respeito à classificação por raça/cor, apreendida através da autoatribuição ou da atribuição, predominam 120 morenos, 70 negros, 27 pardos, 22 brancos e 13 pretos.

Tabela 3 – Escolaridade São Julião

Analfabetos	38
Fundamental I Incompleto	106
Fundamental I Completo	16
Fundamental I Incompleto	43
Fundamental II Completo	7
Ensino Médio Incompleto	16
Ensino Médio Completo	10
Superior	1

Na São Julião existe 106 indivíduos com a 1ª à 4ª série incompleta, 43 com a 5ª à 8ª série incompleta e 38 analfabetos. Entre os principais motivos para a não conclusão da escolarização estão: trabalho, tanto para a geração mais velha quanto para a mais nova; ausência de escola no entorno da comunidade e dificuldade de acesso, situações vivenciadas principalmente pela geração mais velha.

Há 14 crianças em idade não escolar, indicando uma reduzida presença de crianças na faixa etária que vai até quatro anos. É importante destacar o ingresso de um indivíduo no Ensino Superior, entre os 10 jovens que concluíram o Ensino Médio.

Ela é a única entre as três comunidades analisadas a ter uma escola da e na comunidade – Escola Municipal Clarindo Vale dos Santos –, no período de escolarização que vai da 1ª à 4ª série (1º ao 5º ano), com uma sala multisseriada, ou seja, várias séries numa mesma sala, distribuídas no horário da manhã e da tarde.

Embora reconhecida como escola quilombola, com recurso repassado pela Secretaria Municipal de Educação do município de Teófilo, ela ainda não pratica uma educação diferenciada (ou educação quilombola) focada na identidade étnico-racial, de forma a se basear num currículo escolar com temas comuns aos quilombolas, tais

como terra, territorialidade e identidade, e tampouco história e cultura afro-brasileiras (Lei nº 10639/2003).

Essa escola não oferece o ensino fundamental de 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano) e nem o ensino médio na comunidade, por isso, na parte da tarde, através de uma condução do município, os jovens que estudam de 5ª a 8ª série frequentam a Escola Municipal Geraldo Leão Lopes, em Maravilha, e os alunos do ensino médio a extensão da Escola Estadual de Pedro Versiano, em Brejão.

2 Dimensões compartilhadas e específicas às comunidades Cama Alta, Córrego Novo e São Julião

Consideradas as especificidades de cada uma das comunidades, encontramos traços comuns entre elas, para além do fato de serem pré-identificadas como remanescentes de quilombo, alguns dos quais merecem destaque.

Ao observar o número de membros por família, constatou-se que nas três comunidades não mais predominam as famílias constituídas por pai, mãe e muitos filhos, mais algum agregado – avó e/ou avô, tio e/ou tia, entre outros –, até então comum, num passado recente, nas famílias negras, particularmente, urbanas ou rurais.

Hoje, com famílias de até quatro membros, nucleares ou não, essas comunidades se aproximam do “padrão nacional”, especialmente com relação ao número de filhos – famílias com até dois filhos, conforme censo realizado pelo IBGE em 2010, devido à queda da taxa de natalidade.

É também comum às três comunidades o grande contingente de jovens (15 a 29 anos), adultos (30 a 59 anos) e idosos (a partir dos 60 anos) com escolarização incompleta no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, e de analfabetos, bem como as demandas para concluir os estudos. Essas demandas apontam para a necessidade de ofertar à população acima de 15 anos, que não completou o ensino fundamental no período que compreende a faixa etária de seis aos quatorze anos, a Educação de Jovens e Adultos. No entanto, diferente de uma concepção tradicional de educação de jovens e adultos, restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita – apenas ensinar a ler e a escrever, por exemplo, destaca-se aqui a urgência de introdução de um novo sentido para a formação de adultos, aquele que:

compreende uma multiplicidade de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada ao longo da vida....uma gama diversa de atividades socioculturais, de formação para a cidadania, de qualificação e atualização para o trabalho e para a geração de renda, promovidos por diferentes órgãos governamentais e não-governamentais, incluindo programas preventivos de saúde, de formação política e informação sobre direitos, de promoção de jovens, mulheres e idosos, capacitação de conselheiros e agentes comunitários, qualificação e atualização profissional, extensão agrícola, capacitação para o uso de recursos informáticos, aprendizagem de línguas estrangeiras, etc. (HADDAD e DI PIERRO, p. 29, 2000).

Logo, para além de uma educação compensatória, que funcionaria como instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência (DI PIERRO, 2005), a Educação de Jovens e Adultos deveria estar associada à formação profissional e sociocultural.

Para atender a grupos específicos, como é o caso das comunidades quilombolas, nas quais o déficit de escolarização é acentuado, a Educação de Jovens e Adultos é proposta como política pública focalizada no que é a Agenda Social Quilombola (Pro-

grama Brasil Quilombola, do governo federal), na qual os recursos foram disponibilizados para o período 2008-2011. Nela, as ações de universalização do acesso à alfabetização compõem o Programa “Quilombo, venha ler e escrever” e “Brasil Alfabetizado”, e visam inserir jovens e adultos no universo do conhecimento e da informação. Basta saber, entretanto, a efetividade dessas ações junto às comunidades remanescentes de quilombo existentes Brasil afora, em particular naquelas pertencentes ao estado de Minas Gerais.

Traço comum à Cama Alta e Córrego Novo é o fato de nenhuma delas possuir uma escola que seja da comunidade e que esteja na comunidade. Embora São Julião tenha uma escola da e na comunidade, recebendo recurso como escola quilombola, advindo do Ministério da Educação e repassado pela Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni, há ainda uma incipiente ação educativa que articula o saber tido como universal e o saber próprio da comunidade, enquanto negra e rural. E nem mesmo uma educação voltada para as relações étnico-raciais e para a história e cultura da África e afro-brasileira, tal como preconizada pelas leis 10639/2003 e 11645/2008.

Apesar de a escola frequentada por crianças, adolescentes e jovens da Cama Alta ter realizado algumas atividades relacionadas à cultura negra ou a alguns traços dela, tomando como referência à comunidade e sua Folia de Reis, não foi observado nenhum trabalho de continuidade que abordasse o ensino da história e cultura da África e afro-brasileira, tal como preconizado na Lei 10.639/2003. Tampouco foram desenvolvidas atividades aprofundadas que considerassem como matéria-prima os saberes e as práticas que já trazem as crianças e os jovens “quilombolas”.

Resistência ou despreparo, as instituições escolares e seus docentes pouco desenvolvem atividades críticas e aprofundadas que levem em consideração os saberes e práticas que já trazem as crianças e os adolescentes das comunidades negras rurais. Daí a necessidade de formação de professores não apenas para a aquisição de conhecimento acerca da história e cultura da África e afro-brasileira, mas também para a reeducação de posturas e mentalidades racistas que anulam as diferenças em suas potencialidades.

E ainda a necessidade de uma educação quilombola, focalizada num grupo específico – negro e quilombola –, que articule o currículo escolar com temas comuns aos quilombolas, tais como terra, territorialidade e identidade, e com a história e cultura afro-brasileiras, que entre outros conhecimentos traz a história dos quilombos do passado e do presente.

Por se tratarem de comunidades majoritariamente negras, considerando a presença de pretos e pardos, esperava-se uma maior incidência entre seus membros da classificação ou autoclassificação como negro (a), que, independente do fenótipo, sinalizaria para uma suposta identidade negra, de pertencimento a um grupo específico da população brasileira, com experiências comuns com a discriminação racial e suas consequências. No entanto, foi expressiva a incidência do termo moreno (a). Tal fato sinaliza para o grande impasse que ainda é para essa parcela da população brasileira se reconhecer como negra, haja vista todo o processo histórico de depreciação e de desigualdade vivenciados por ela.

Cabe esclarecer que a classificação racial no Brasil se apoia em características fenotípicas – cor da pele e outros traços físicos –, expressas em muitas categorias (preto, pardo, mulato, moreno, negro, branco, etc.). Diferentemente, a classificação norteamericana se baseia na “regra da hipo-descendência” (ascendência africana) ou do “one drop rule” (basta uma gota de sangue negro para ser negro), havendo, assim, duas categorias – branco e negro.

O termo moreno, por sua vez, enraizou-se de uma forma altamente positiva na

cultura brasileira, e, mencionado na maioria dos Censos como “a cor do Brasil” (Datafolha, 1995), passou a representar o caráter mestiço da população brasileira, a mistura das culturas africana, portuguesa e indígena, a qual concebe o Brasil como um país “nem preto nem branco”. Essa tendência parece também estar presente na maioria dos membros de Cama Alta, Córrego Novo e São Julião, dada sua significativa classificação como morenos (as).

Por outro lado, a categoria negro (a), em oposição a preto (a), expressa a bipolaridade negro versus branco, independente da tonalidade da pele (mais clara ou mais escura), e é normalmente utilizada pelo Movimento Negro como instrumento de luta política, tendo maior incidência nas gerações mais jovens, pertencentes ao contexto que caracteriza a efervescência dos movimentos sociais, o maior acesso às informações, o envolvimento com grupos de discussões sobre a questão racial e/ou uma atuação política e, mais recentemente, a um movimento de afirmação da negritude, veiculado pela mídia, pela indústria do lazer e do espetáculo, pela música, pelos produtos de consumo, etc. (SILVA, 2003).

Ao comparar Cama Alta, Córrego Novo e São Julião, vemos que em Cama Alta é grande o número de indivíduos, 54, que se classificaram ou foram classificados como morenos em oposição àqueles que são negros, 16; em Córrego Novo são sessenta e oito morenos e cinquenta e nove negros. Podemos notar que, assim como na classificação racial dos membros da Cama Alta, prevaleceu a tendência à morenidade, traço típico à ideia de mestiçagem da sociedade brasileira. No entanto, diferente da primeira, em Córrego Novo há maior incidência do termo negro (a), para dizer da cor da pele (preta), mas também de um pertencimento a um grupo específico da população, o qual compartilha experiências comuns com a discriminação racial. Isso também acontece na São Julião, onde 120 indivíduos são morenos e 70 negros.

Ainda no que diz respeito à educação formal, notou-se a presença de crianças de 0 a 5 anos de idade que poderiam ter acesso à educação infantil (creches e pré-escola), e com isso serem cuidadas e educadas em creches, para a tranquilidade das mães que trabalham, mas não o são, pois esse direito não é garantido efetivamente às crianças das comunidades negras rurais, se bem que nem mesmo às demais.

Importante foi o papel desempenhado pelos movimentos sociais que conquistaram o reconhecimento, na Constituição de 1988, do direito à educação das crianças de 0 a 6 anos (hoje de 0 a 5 anos) e do dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para tornar fato esse direito (assegurada a opção da família), reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. No entanto, ainda luta-se para expandir sua oferta com qualidade (KRAMER, 2006).

No que diz respeito às condições de moradia das 35 famílias da comunidade Cama Alta, 46 da Córrego Novo e 62 de São Julião: a maioria das casas são feitas de adobe (tijolo de terra crua, água e palha, seco ao sol, feito pelos próprios moradores), com piso de cimento. Curioso é observar que apesar das condições de vida e moradia das famílias ainda serem precárias, muitas delas demonstram usufruir de algumas melhorias, como é o caso da possibilidade de realizarem pequenas reformas em suas casas, algumas delas já de alvenaria. Tal fato parece sinalizar para um aumento do poder aquisitivo de muitos dos seus moradores, particularmente, devido ao acesso aos benefícios advindos de programas sociais como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC (aposentadoria a partir dos 65 anos).

Na Cama Alta e na Córrego Novo, grande parte das famílias tem banheiro do lado de fora da residência e fazem uso da fossa, dada a não existência de um sistema de esgoto. O lixo doméstico acumulado geralmente é queimado ou enterrado.

A captação da água vem de uma mina natural. É inicialmente armazenada num reservatório central, passa por uma decantação simples e chega até os quintais de cada família por meio de um encanamento e de uma torneira. Já há o acesso a energia elétrica pela maioria das famílias, no entanto predomina o não acesso a uma linha telefônica.

O meio de transporte mais utilizado é o público, no entanto há pouca oferta de horários para o percurso Comunidade/Teófilo Otoni/Comunidade

Não há iluminação pública nas "ruas" das comunidades. As condições das vias de acesso (estradas de terra) são péssimas, o que se agrava nos dias de chuva.

Há o acesso ao Programa Saúde da Família e através dele ao acompanhamento familiar pelos agentes comunitários de saúde. No entanto, a presença do (a) médico (a) que deveria ser periódica, pelo menos mensal, não o é, ficando as comunidades meses sem sua presença, conforme relataram e demandaram as famílias. A partir dos relatos constatamos também que embora esse Programa tenha como um de seus objetivos a des-hospitalização, a maioria das famílias das três comunidades necessitam recorrer ao posto de saúde e aos hospitais de Teófilo Otoni, nos casos de doenças menos corriqueiras e para a realização de exames, deslocamento esse muitas vezes difícil em virtude do local onde elas residem, da má qualidade das estradas, do custo do transporte coletivo, de sua baixa rotatividade.

As principais fontes de renda correspondem ao acesso aos benefícios advindos de programas sociais como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC (aposentadoria a partir dos 65 anos).

Entre as demandas dos moradores estão: posto de saúde, telefone público, melhorias nas vias de acesso (estradas), energia elétrica, maior oferta de transporte público, posto policial, iluminação das vias públicas, maior oferta de emprego.

Considerações Finais

A realidade vivida pelas três comunidades de Teófilo Otoni, Vale do Mucuri, se assemelha à de outros estados brasileiros. Elas estão à margem da sociedade e tolhidas do direito à propriedade da terra, tal como prescrito na Constituição Federal de 1988. Vivenciam uma profunda invisibilidade social, expressa na inacessibilidade a direitos como educação, saúde, saneamento básico, entre outros. Muitas dessas comunidades se veem privadas do acesso aos bens coletivos, como escolas, estradas, energia elétrica, sistemas simplificados de abastecimento de água, etc., o que lhes impõe condições de vida com baixíssimo índice de desenvolvimento humano, o que exige a proposição de ações imediatas e urgentes, no sentido de sanar ou minimizar algumas das muitas carências que perpassam seus cotidianos.

Abstract

The aim of this article is to present the remaining Quilombo communities in the town of Teófilo Otoni, located in Vale do Mucuri, in the state of Minas Gerais, Brazil, taking into account their history told by their oldest inhabitants, as well as their demographic and generational aspects, observing gender, color and race. The data was collected through a questionnaire applied to the population of the communities Córrego Novo, Cama Alta and São Julião. It also presents some aspects that inform about the process of constructing their identities remnants of Quilombo and their precarious living conditions.

Keywords: remaining quilombo communities; Teófilo Otoni; quilombolas

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Cartografia e Cultura: Territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. . *In*: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra: 2004. 16,17, 18. set.

ARRUTI, José M. A. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. *In*: ARRUTI, José M. A. **Texto pra discussão**: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA), 2003.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado, 1988.

BOLETIM INFORMATIVO DO NUER. **Legislação sobre Quilombos**. v. 2, n. 2, 2005.

CEDEFES. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI**: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, jul. 2001.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **O caminho da titulação**. Disponível em <http://www.cpisp.org.br/terras/html/comosetitula_caminho.asp>. Acesso em: 10 ago. 2010.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p.1115-1139, out/2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 3.ed, v. 2, 1978.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Aprendizagem de Jovens e Adultos: avaliação da década da educação para todos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: a educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 797-818, out. 2006.

LEITE, Ilka B. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=21>.

LIMA, Deborah. Firmados na terra: a produção do significado de território em dois quilombos de Minas Gerais. 32º. Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 2008.

MARQUES, Carlos Eduardo. **De quilombos a quilombolas**: notas sobre um processo histórico-etnográfico. Disponível em http://www.cedefes.org.br/index.php?p=afro_detalle&id_afro=2224 Acesso em: 11 ago. de 2010.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

O'DWYER, E. C. Introdução. *In*: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *In*: SIMSON, Olga de Moraes von (Org.). **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

RATTS, Alecsandro J. P. A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo. *In*: BARBOSA, Lucia M^a de Assunção et al (Org.). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro. São Paulo: Edufscar, 2004.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. *In*: Fonseca, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Eva Aparecida da. **Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara/SP**. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, Eva Aparecida da. "Ser remanescente de quilombo em comunidades do Vale do Mucuri: reflexões preliminares de pesquisa". Dossiê "Desafios Contemporâneos às Comunidades Remanescentes de Quilombo". **Revista Identidade**, São Leopoldo/RS, v. 15, n. 1, 2010, p. 23-32.

SILVA, Eva Aparecida da.; PALMELA, Thayse Nogueira. Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri e seu perfil educacional. *In*: SILVA, Eva Aparecida da. (Org.). **Leituras em Educação 4**. Vila Velha: Opção Editora, v. 4, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath. Uma Introdução à História Oral. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 115-141, 1999.